

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Estudo Técnico Preliminar 29/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23477.007387/2026-71

2. Introdução

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda (DFD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o processo de contratação.

Este ETP destina-se a descrever e avaliar a compra de **Densitometria Ossea** para os hospitais universitários federais localizados na região norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste, sob gestão da Hospitais Universitários HU-Brasil.

3. Fundamentação legal e normativa

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - O art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;

Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH;

Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2016 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto nos art. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013 - Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;

Instrução Normativa SEGES nº 58, 08 de agosto de 2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH (Documento SEI nº 40700077) - Dispõe sobre a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede Ebserh

Norma Operacional-SEI nº 7/2023/SL/CAD/DAI-EBSERH - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh

Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 7ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em out./2024;

Regulamento de Compras e Contratos - RCC 3.0.;

Política de Compras Centralizadas da Ebserh;

Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh;

Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh;

Nota Técnica - SEI nº 4/2022/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH . - Sobre a duplicação de itens para ME/EPP.

4. Descrição da necessidade

O Hospitais Universitários do Brasil (HU Brasil) foi criada por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui a Administração Central da empresa e 48 Hospitais Universitários Federais - HUFs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.

Os hospitais da Rede Ebserh exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.

A Ebserh é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

Esse processo trata-se da aquisição de **Densitometria Ossea** para os hospitais universitários federais localizados na região norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste, sob gestão da Hospitais Universitários (HU BRASIL), visando o atendimento direto aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Conforme Portaria Ebserh nº 8, de 9 de janeiro de 2019 (Documento SEI nº 0766081), os gestores dos Hospitais Universitários Federais da rede Ebserh devem atuar com relativa autonomia administrativa para promover a execução logística de suas unidades hospitalares, executando processos locais de compras e de gestão orçamentária e financeira. No entanto, em prol do fortalecimento da rede, a portaria orienta que as equipes das unidades hospitalares devem apoiar e participar dos processos de compras centralizadas conduzidos pela Administração Central da Ebserh, como no caso em tela.

Além disso, o Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh prevê o seguinte a respeito da centralização das compras:

Art. 197. Compete às Superintendências das unidades hospitalares a prática dos seguintes atos de gestão de compras centralizadas no âmbito da unidade hospitalar, objetivando a racionalização de procedimentos e o melhor uso do poder de compra da empresa:

I - apoiar e participar dos processos de compras centralizadas conduzidos pela Administração Central ou por unidade responsável pela realização de compra regional; (...)

II - encaminhar, quando solicitado, os dados sobre suas aquisições para viabilizar a consolidação da demanda da rede, se responsabilizando pelas informações prestadas, as quais serão utilizadas para balizar os itens a serem adquiridos;

III - acompanhar o andamento dos processos de contratação, prestando apoio às equipes da Administração Central ou de unidade responsável pela realização de compra regional quando solicitado;

IV - promover o uso consciente dos recursos disponíveis e uma gestão de demandas efetiva, capaz de estabelecer previsibilidade e adequabilidade na gestão dos insumos da unidade, facilitando a construção da demanda consolidada das compras centralizadas;

V - mobilizar e fomentar a integração das equipes finalísticas e administrativas, garantindo a retroalimentação do ciclo de gestão de recursos logísticos e a exploração do potencial técnico disponível na unidade no apoio às compras centralizadas;

VI - avaliar, previamente à abertura de procedimento de contratação a ser conduzido pela unidade hospitalar, a existência de processo de compra centralizada no qual a demanda da unidade está inserida, somente autorizando sua continuidade caso haja justificativa nos autos, evitando duplicidade de cobertura de contrato ou de outro instrumento obrigacional e consequente frustração da demanda centralizada;

VII - priorizar as aquisições dos itens registrados pelas compras centralizadas, compreendendo a oportunidade de promover continuidade e credibilidade aos processos centralizados.

O Serviço de Compras Centralizadas/CAD/DAI é que tem por competência gerir as etapas do planejamento de contratações centralizadas.

Centralização de compras na Rede Ebserh

Conforme Portaria Ebserh número 8, de 9 de janeiro de 2019, os gestores dos HUF da Rede Ebserh devem atuar com relativa autonomia administrativa para promover a execução logística de suas unidades hospitalares, executando processos locais de compras e de gestão orçamentária e financeira. No entanto, em prol do fortalecimento da rede, a portaria orienta que as equipes das unidades hospitalares devem apoiar e participar dos processos de compras compartilhadas conduzidos pela Administração Central da Ebserh, como no caso em tela.

Assim, ao avaliar os formatos de viabilizar a aquisição de insumos para as unidades hospitalares da Rede Ebserh, é imprescindível levar em consideração a oportunidade de conduzir a compra de forma centralizada, considerada uma boa prática atrelada ao modelo de gestão da empresa.

A Ebserh incorporou a dinâmica de centralização de compras desde sua gênese, em 2012, após experiências bem sucedidas de compras em prol dos HUF, capitaneadas pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O retrato da experiência do MEC/FNDE, que de 2009 a 2012 promoveu 16 licitações em prol dos HUF, com expressivo volume de valores envolvidos e de economia projetada, pode ser visualizado na Figura 1 abaixo:

Figura 1 - retrato das licitações promovidas entre os anos de 2009 a 2012 pelo MEC/FNDE.



Esse modelo de centralização MEC/FNDE adotava o modo de operação central amplo, pelo qual as fases de planejamento da contratação e de seleção do fornecedor foram conduzidas de forma central, com a formalização e gestão de contratos à cargo das unidades hospitalares participantes - licitações no âmbito do Sistema de Registro de Preços - SRP, com os HUF participando na origem do processo.

O planejamento da contratação envolvia a especificação técnica de forma central, com apoio de especialistas dos HUF e consultores, além do levantamento de demandas e de quantidades com as unidades hospitalares. Dessa forma, buscava-se atender às realidades e aos anseios dos hospitais, promovendo um certame licitatório único, buscando eficiência e qualidade na disponibilização dos registros de preço aos HUF.

A Ebserh incorporou esse modelo MEC/FNDE e expandiu, tendo realizado, de 2012 a 2018, 51 licitações centralizadas, com valores ainda maiores registrados e uma economia potencial significativa, conforme se verifica na Figura 2 abaixo:

Figura 2 - retrato das licitações realizadas pela Ebserh no modelo MEC/FNDE entre os anos de 2012 e 2018.



É importante salientar que houve uma experiência em 2017 que testou um novo modelo de centralização de compras da Ebserh: o modo de operação ultracentralizado, consistindo em concentração das fases da contratação na Administração Central da empresa. Dessa forma, o planejamento da contratação, a seleção do fornecedor e a gestão dos contratos foi conduzida por equipes lotadas na sede da empresa, com apoio de representantes das unidades hospitalares no recebimento e controle dos insumos recebidos.

Esse modo de operação possui características de eficiência relevantes, ao retirar boa parte do custo administrativo de gestão contratual dos HUF. No entanto, amplia a carga operacional na Administração Central, especialmente relacionada a aspectos contábeis e de gestão contratual. Ao final da experiência, foi possível concluir que esse modelo ultracentralizado possui um potencial relevante, mas demanda uma estruturação central diferenciada, razão pela qual não se opta por sua manutenção.

Em suma, a centralização das compras é uma tendência no setor público e sua adoção na Ebserh tem sido uma tônica, especialmente diante das oportunidades geradas com a incorporação da tecnologia da informação aos processos de trabalho, permitindo uma gestão de informações mais efetiva, a partir da qual se promovam estudos e definições sobre modelos de centralização das aquisições. No cenário da saúde pública, com pressões de alto custo incidindo de forma permanente sobre a gestão hospitalar, a adoção de uma estratégia de centralização de compras se faz necessária para capturar ganhos de eficiência operacional, como as economias de escala, e catalisar o alcance de resultados institucionais e de desempenho das políticas públicas.

2.3. Histórico das Compras Centralizadas - Equipamentos Médico-Hospitalares (EMH)

Objeto	Pregão	Número de itens licitados	Número de itens homologados	Valor homologado (R\$)	Número de HUF participantes
Equipamentos de neonatologia	11 /2012	6	6	12.824.543,00	40
Equipamentos de videocirurgia	21 /2013	13	12	123.213.605,01	39
Equipamentos para ambiente de ressonância magnética	36 /2013	2	2	8.185.000,00	24

Equipamentos de videocirurgia	16 /2014	2	2	49.336.948,00	38
Aquisição de monitores multiparâmetros e Módulos	17 /2017	11	11	17.570.717,00	39
Ventiladores pulmonares	01 /2018	8	4	5.063.884,00	39
Aparelhos de anestesia e vaporizadores calibrados	02 /2018	7	3	2.481.204,48	39
Solução de equipamento médico-hospitalar: tomógrafo multislice de 16 canais e tomógrafo multislice de 64 canais	12 /2018	19	19	21.304.461,42	8
Solução de equipamento médico-hospitalar: angiógrafos digitais	13 /2018	19	19	47.018.605,45	11
Solução de equipamento médico-hospitalar: tomógrafo multislice de 64 canais	29 /2022	56	56	51.196.003,18	14

Os processos de compras centralizadas destacados envolveram diferentes tipos de equipamentos médico-hospitalares, de média a alta complexidade, em que estão inclusos itens que se pretende adquirir por meio do processo em tela, como ventiladores pulmonares, aparelhos de anestesia e vaporizadores calibrados, bem como monitores multiparâmetros e módulos. Pelo elevado número de HUF participantes nestas licitações, verifica-se a significativa abrangência, reforçando a escolha como itens a serem licitados pela Administração Central da Ebserh.

Tratam-se de equipamentos médico-hospitalares abordados pela oportunidade da centralização de compras em razão do elevado volume orçamentário envolvido e por sua criticidade no ambiente hospitalar (média e alta complexidade).

É importante salientar que a contratação em tela possui diversos itens em comum com as licitações conduzidas anteriormente, o que representa importante recorte histórico que reforça a viabilidade de realização de um processo de compra centralizada pela Administração Central.

A apreciação detalhada dos itens licitados centralmente e, principalmente, de sua execução descentralizada (licitações de 2013 e 2015) demonstra uma variação da efetividade das aquisições realizadas pelos HUF de modo individual, tema amplamente debatido na Rede Ebserh (SANTOS, 2019). O momento atual da estatal, com um direcionamento estratégico atualizado e uma rede com sentimento de pertencimento mais enraizado, permitem o avanço nesse formato remodelado de uma centralização de compras, com indicação de que a efetividade das contratações por intermédio das atas de registro de preços nacionais será superior aos índices anteriormente identificados, em especial pelos esforços da Administração Central em buscar preços mais competitivos e uma redução de custos administrativos mais significativa com as compras centralizadas.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Infraestrutura	Odete Carmen Gialdi

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1 Requisitos de participação:

Durante o pregão eletrônico, a Contratada deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:

- Fator embalagem dos materiais contratados, especificando a quantidade de unidades por embalagem;
- marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;

- c) prazo de validade;
- d) registro na Anvisa conforme Habilitação - Qualificação Técnica;
- e) Catálogo com as informações do produto ofertado, quando solicitado.

Deverá constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de Fornecedores da Ebserh. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.

As quantidades mínimas unitárias a serem cotadas pelo fornecedor serão as quantidades totais definidas (Art. 15, II do Decreto n.º 11.462/2023).

Nos preços cotados dos materiais deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte(carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação, proposta

6.2. Qualificação Técnica:

6.2.1. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela ANVISA, da sede da licitante, obtida mediante consulta ao Portal da ANVISA.

6.2.2 Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede da licitante.

6.2.3. Registro do Equipamento Médico-Hospitalar, emitido pela ANVISA, devendo ser apresentado de forma legível e constar a validade (dia/mês/ano), por meio de cópia autenticada do registro do equipamento médico-hospitalar na ANVISA, publicado no Diário Oficial da União – DOU, grifando o número relativo a cada produto cotado, ou cópia emitida eletronicamente pelo sítio da ANVISA.

6.2.3.1 Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

6.2.3.2 A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado. 6.2.3.3 Ficará a cargo da licitante provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária. 6.2.3.4 Os Registros, Declarações de Notificação Simplificada e Certificados de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento.

Modelo de Compra Centralizada

A compra centralizada proposta deve utilizar o modo de operação central amplo (SANTOS, 2019), pelo qual as fases de planejamento das compras e de seleção do fornecedor ocorrem centralmente, com efetivação da compra pelas organizações locais. Nesse modo, a toda a gestão do contrato ocorre de forma descentralizada, restando à unidade central somente a atividade de monitoramento e apoio sobre essas atividades. O Quadro 3 abaixo representa esse modo de operação:

Quadro: modo de gestão do contrato de compras centralizadas

Etapas do processo de compras	Central amplo
Formalização da demanda	Central
Estudos preliminares	
Definição das especificações técnicas do objeto a ser contratado	
Instrução do processo de compras	
Sessão pública para escolha do fornecedor	
Formalização das atas de registro de preços	
Gestão e fiscalização da execução dos contratos	Local
Recebimento do objeto e pagamento	
Encerramento dos contratos	

Critérios de Sustentabilidade

5.8. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário, sempre que possível, que: 5.8.1. os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável conforme ABNT NBR15448-1 e 15448-2; 5.8.2. sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; 5.8.3. os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; 5.8.4. os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-Certain Hazardous Substances polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

7. Levantamento de Mercado

Esta compra centralizada visa aquisição de **Densitometria Ossea** para os hospitais universitários federais localizados na região norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste, sob gestão do Hospitais Universitários do Brasil (HU BRASIL)

Para o processo de Compra Centralizada, os HUFs tiveram seu planejamento realizado com base no perfil assistencial e dimensão da unidade hospitalar.

A aquisição será feita por sistema de registro de preços e por pregão eletrônico. O registro de preços se justifica principalmente por:

- a) Trata-se de contratação frequente pelas características do bem;
- b) há previsão de entregas parceladas;
- c) a aquisição destina-se ao atendimento de mais de uma unidade;
- d) pela natureza do objeto não é possível definir precisamente o quantitativo a ser demandado;

- e) viabiliza a eficiência administrativa, promovendo a diminuição do número de licitações e redução dos custos operacionais durante o exercício financeiro;
- f) o fornecimento do objeto ocorre somente quando surgir a necessidade em se adquirir os bens de consumo registrados em ata;
- g) não obrigatoriedade em se adquirir os bens registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais;
- h) as dotações orçamentárias são indispensáveis somente no momento da contratação;
- i) possibilidade de atendimento de demandas imprevisíveis;
- j) redução do volume de estoques, uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades.

A utilização da modalidade pregão está em consonância com o estabelecido no RCC 3.0:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet;

Durante o processo de planejamento da contratação dos materiais, são revisados descritivos, códigos CATMAT (Catálogo de Materiais do Portal de Compras) e unidade de fornecimento.

8. Descrição da solução como um todo

As unidades hospitalares vinculadas à Universidade Federal de Catalão e à Universidade Federal de São João del-Rei se encontram em fase final de integração à Rede Ebserh, conforme planos de trabalho definidos em Acordos de Cooperação Técnica (ACT) já formalizados entre as partes envolvidas.

Tais instrumentos estabelecem obrigações, prazos e metas, compondo o processo de transição para a plena gestão pela Ebserh. Cabe destacar que a EPC, sob responsabilidade do Serviço de Engenharia Clínica, é incumbida de planejar e executar a equipagem dos hospitais universitários em implantação, de acordo com o cronograma de abertura estabelecido pela gestão da Ebserh Sede.

Considerando os prazos necessários para a realização dos processos licitatórios, adequações físicas e obras de infraestrutura, não seria viável aguardar a assinatura do contrato de gestão para então iniciar as contratações, sob risco de comprometer o início tempestivo das atividades assistenciais.

A Ata de Registro de Preços configura-se como instrumento estratégico de planejamento e racionalização de aquisições, permitindo o registro antecipado de demandas, sem que isso implique contratação imediata ou geração de despesas, até que haja formalização da demanda por parte da unidade.

Assim, a inclusão das unidades de Catalão e Divinópolis na origem da ARP representa medida técnica e gerencialmente adequada, viabilizando que, uma vez formalizados os contratos de gestão especial com a Ebserh, as unidades estejam aptas a dar início imediato aos processos de contratação dos equipamentos essenciais, com maior agilidade e segurança. Atualmente, ambos os processos de gestão encontram-se em estágio avançado, com previsão concreta de conclusão em curto prazo, em consonância com os cronogramas acordados com as universidades. Diante do exposto, a EPC, sob gestão do Serviço de Engenharia Clínica da Ebserh Sede, considera pertinente e necessária a inclusão das unidades hospitalares de Catalão e Divinópolis na origem da Ata de Registro de Preços em elaboração, como medida de planejamento estratégico e garantia de prontidão para o início das operações hospitalares.

Descrição dos itens:

Segue tabela com os itens a serem incluídos no processo:

ITEM	CATMAT	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA
1	359636	DENSITOMETRIA ÓSSEA	UN

A listagem inicial dos itens pode ser alterada no decorrer das discussões da EPC e terão sua lista atualizada no Termo de Referência.

A solução identificada para atendimento do objeto foi a adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, com base no Artigo 3º do Decreto nº 11.462/23.

- quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

- quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

- quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

O procedimento de aquisição será conduzido por meio de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com Regulamento de Compras e Contratos - RCC 3.0.

A respeito da quantidade a ser contratada, o RCC 3.0, prevê que o planejamento da aquisição de bens deve considerar a expectativa de consumo anual e observar, na determinação das unidades e quantidades a serem adquiridas, o consumo e utilização prováveis, cuja estimativa deve ser obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas. Assim, mesmo no registro de preços, em que não há obrigatoriedade de aquisição, a estimativa deve ser a mais fiel possível, para que não se crie falsa expectativa no fornecedor. Essa medida é de fundamental importância para evitar que o fornecedor que, em razão do volume licitado, tenha praticado valores atrativos à Ebserh, não se interesse em participar de certames futuros ao constatar que o quantitativo efetivamente adquirido em contratações anteriores teria sido ínfimo frente ao seu custo de fornecimento.

O quantitativo estimado para 12 (doze) meses leva em consideração a padronização dos itens comuns, de acordo com o Catálogo Padronizado de Produtos para Saúde da Rede Ebserh, e o consumo histórico de consumo médio de utilização do produto em cada unidade hospitalar participante, bem como as alterações mais recentes em termos de atualização e relação custo-benefício.

Cabe destacar que essa compra centralizada visa fornecer registros de preço para utilização nos Hospitais Universitários de Catalão e São João del Rei (Divinópolis).

Contudo, caso os produtos não sejam utilizados em sua totalidade pelos hospitais previstos ou alguma unidade hospitalar da Rede Ebserh apresente a necessidade de aquisição, os saldos registrados nas Atas poderão ser remanejados para as demais unidades, de acordo com a conveniência da administração e aceite da empresa contratada.

8.2 Emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento

As unidades contratantes emitirão Notas de Empenho para formalizar cada contratação decorrente de ARP de forma descentralizada, que serão encaminhadas ao fornecedor juntamente com uma Ordem de Fornecimento, respeitados os quantitativos por hospital.

As seguintes diretrizes devem ser consideradas na emissão de Ordens de Fornecimento:

- a) O procedimento padrão será de emissão mensal de apenas uma Ordem de Fornecimento por fornecedor;
- b) a unidade contratante poderá, a seu critério, efetuar a emissão de mais de um pedido dentro do mesmo mês por motivos de sazonalidade na produção assistencial ou situações intempestivas que ensejem uma solicitação adicional;
- c) a Ordem de Fornecimento emitida por cada unidade deverá ser de no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo previsto para o item naquela unidade, ressalvado o acordo entre as partes.

Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, o fornecedor deve enviar a previsão de entrega dos equipamentos em até 5 (cinco) dias úteis para a equipe de fiscalização, por e-mail, contendo:

- a) Número do Documento Fiscal;
- b) data de emissão do Documento Fiscal;
- c) data prevista para entrega.

8.3 Local de entrega:

O prazo de entrega dos equipamentos será fixo de acordo com a localização da cidade das unidades hospitalares presentes no Anexo do Termo de Refer, sendo contado após recebimento da Ordem de Fornecimento.

entrega do equipamentos deverá ser efetuada no almoxarifado de cada unidade hospitalar, conforme endereço constante no Edital, no horário das 08:00 às 17:00 horas, nos dias úteis, salvo solicitação autorizada pela equipe de fiscalização do contrato.

A data prevista para entrega deve ser comunicada pela Contratada diretamente a cada unidade hospitalar, sendo que qualquer alteração na data de entrega prevista deve ser comunicada previamente à unidade pela Contratada, respeitado o prazo máximo de entrega previsto neste Termo de Referência.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A EPC decidiu lançar uma IRP através do processo 23477.003335/2026-26

RASCUNHO

10. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Art. 13 do RLCE]

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto será parcelado considerando o disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh:

Art. 125. O planejamento de aquisição de bens deve considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerando a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a verificação da despesa estimada com a prevista no planejamento orçamentário.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às aquisições de bens, devem ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das particularidades do mercado local, visando à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 2º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do mesmo item ou de vários itens do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Para o objeto em questão o critério de aceitação será o de menor valor por item, pois não há prejuízo para a solução e os mesmos são ofertados por diversas empresas no mercado.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O objeto pretendido não guarda interdependência com outras contratações, sejam as já realizadas ou futuras.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está prevista para inauguração de novos hospitais universitários e alinha-se com o planejamento institucional.

Esta aquisição representa uma forma adequada de atender às reais necessidades da Ebserh, uma vez que possibilita a reposição de equipamentos quando necessários para o mantimento das atividades assistenciais e de ensino.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Entre os benefícios diretos e indiretos que se almeja com a esta aquisição, destaca-se:

- a) Adquirir de forma mais vantajosa para a instituição materiais de consumo que supram a necessidade, atendendo os requisitos ambientais e econômico-financeiros;
- b) evitar aquisições por meio de dispensa de licitação;
- c) garantir o atendimento das demandas assistenciais, de ensino e pesquisa, atendendo da melhor forma possível os usuários do Sistema Único de Saúde;
- d) promover melhores condições e recursos para atendimento aos pacientes e aprendizagem dos residentes e estudantes
- e) manter abastecimento das unidades hospitalares, sob a gestão da Ebserh, e fazer aquisição de **Densitometria Ossea** para os hospitais universitários federais de localizados na região norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste, sob gestão do Hospitais Universitarios do Brasil (HU BRASIL).
- e) com a compra centralizada é esperado que haja economia de recursos humanos e tecnológicos, além de receber propostas mais vantajosas tendo em vista o vulto da contratação.

15. Providências a serem Adotadas

A presente aquisição não requer providências prévias.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305/2010 deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

Em consonância com o Art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh as seguintes diretrizes devem ser observadas:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)

II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

De acordo com o Art. 5º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no RCC 3.0:

Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

I - adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;

II - adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;

III - coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

IV - implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;

V - elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;

VI - relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305/2010 deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2020, devem ser observadas:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

Vejam-se, ainda, as previsões do Decreto nº. 7.746/2012:

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

(...)

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

Devem ser observadas as orientações dispostas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (2024) já detalhadas no item 6. Requisitos da Contratação.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VICTOR HUGO LOURENCO ACIOLY FURTADO

Chefe do Serviço de Engenharia Clínica

RASCUNHO